



Prefeitura Municipal de Dorés do Rio Preto

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

LEI ORDINÁRIA 801/2015

DISPÕE SOBRE O PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO NO MUNICÍPIO DE DORES DO RIO PRETO/ES

A **Prefeita Municipal de Dorés do Rio Preto**, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal APROVOU e ela SANCIONA a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica aprovado o Plano Municipal de Educação (PME) de Dorés do Rio Preto, com vigência por 10 (dez) anos, a contar da publicação desta Lei, na forma do Anexo, com vista ao cumprimento do disposto no art. 214 da Constituição Federal.

Art. 2º. São diretrizes do Plano Municipal de Educação (PME):

- I. Erradicação do analfabetismo;
- II. Universalização do atendimento escolar;
- III. Superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação;
- IV. Melhoria da qualidade da educação;
- V. Formação para o trabalho e para a cidadania;
- VI. Promoção do princípio da gestão democrática da educação pública;
- VII. Promoção humanística, científica, cultural e tecnológica do País.
- VIII. Estabelecimento de meta de aplicação de recursos públicos em educação como proporção do produto interno bruto, que assegure atendimento às



Prefeitura Municipal de Dorcas do Rio Preto

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

necessidades de expansão, com padrão de qualidade e equidade;

- IX. Valorização dos(as) profissionais da educação;
- X. Promoção dos princípios do respeito aos direitos humanos, à diversidade e à sustentabilidade socioambiental.

Art. 3º. As metas previstas no anexo desta Lei serão cumpridas no prazo de vigência deste Plano Municipal de Educação (PME), desde que não haja prazo inferior definido para metas e estratégias específicas.

Art. 4º. As metas e estratégias previstas no Plano Municipal de Educação (PME), deverão ter como referência a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), o censo demográfico e os censos nacionais da educação básica e superior, mais atualizados disponíveis na data da publicação desta Lei.

Art. 5º. A execução do Plano Municipal de Educação (PME) e o cumprimento de suas metas serão objeto de monitoramento contínuo e de avaliações periódicas, realizados pelas seguintes instâncias:

- I. Secretaria Municipal de Educação;
- II. Comissão de Educação da Câmara dos Vereadores;
- III. Conselho Municipal de Educação;
- IV. Fórum Municipal de Educação.

§ 1º Compete, ainda, às instâncias referidas no caput:

- I. Divulgar os resultados do monitoramento e das avaliações no sítio institucional da Prefeitura na internet;
- II. Analisar e propor políticas públicas para assegurar a implementação das estratégias e o cumprimento das metas;
- III. Analisar e propor a revisão do percentual de investimento público em educação.

§ 2º A cada dois anos, ao longo do período de vigência do PME, o INEP, o Estado e o Município divulgarão estudos voltados para o aferimento do cumprimento das metas estabelecidas no anexo desta lei.





Prefeitura Municipal de Dorés do Rio Preto

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

§ 3º A meta progressiva do investimento público em educação será avaliada no quinto ano de vigência do PME e poderá ser ampliada por meio de lei, para atender às necessidades financeiras do cumprimento das demais metas.

Art. 6º. O Município deverá promover a realização de pelo menos duas conferências municipais de educação até o final do decênio, articuladas e coordenadas pelo Conselho Municipal de Educação e pelo Fórum Municipal de Educação.

§ 1º O Fórum Municipal de Educação, além da atribuição referida no caput:

- I.** Acompanhará a execução do PME e o cumprimento de suas metas;
- II.** Promoverá a articulação das conferências municipais com as conferências regionais, estadual e nacional.

§ 2º As conferências municipais de educação realizar-se-ão com intervalo de até 4 (quatro) anos entre elas, com o objetivo de avaliar a execução do PME e subsidiar a elaboração do plano municipal de educação para o decênio subsequente.

Art.7º. A consecução das metas deste PME e a implementação das estratégias deverão ser realizadas sem regime de colaboração entre a União, o Estado e o Município.

§ 1º Caberá aos gestores federais, estadual e municipal a adoção das medidas governamentais necessárias ao cumprimento das metas previstas neste Plano Municipal de Educação (PME).

§ 2º As estratégias definidas no Anexo desta Lei não elidem a adoção de medidas adicionais ou de instrumentos jurídicos que formalizem a cooperação entre os entes federados, podendo ser complementadas por mecanismos nacionais e locais de coordenação e colaboração recíproca.

§ 3º Os sistemas de ensino do Município criará mecanismos para o acompanhamento da consecução das metas deste PME.

§ 4º Será criada uma instância permanente de negociação e cooperação entre a União, o Estado, e os Municípios.



Prefeitura Municipal de Dorés do Rio Preto

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

§ 5º O fortalecimento o regime de colaboração entre os Municípios dar-se-á inclusive mediante a adoção de arranjos de desenvolvimento da educação.

Art. 8º. O plano plurianual, as diretrizes orçamentárias e os orçamentos anuais da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios deverão ser formulados de maneira a assegurar a consignação de dotações orçamentárias compatíveis com as diretrizes, metas e estratégias do PME bem como os respectivos planos de educação, a fim de viabilizar sua plena execução.

Art. 9º. O Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica, coordenado pela União, em colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, constituirá fonte básica de informação para a avaliação da qualidade da educação básica e para orientação das políticas públicas necessárias.

§ 1º O sistema de avaliação a que se refere o caput produzirá, no máximo a cada 2 (dois) anos:

I. Indicadores de rendimento escolar, referentes ao desempenho dos(as) estudantes apurado em exames nacionais de avaliação, com participação de pelo menos oitenta por cento dos(as) alunos(as) de cada ano escolar periodicamente avaliado em cada escola, e aos dados pertinentes apurados pelo censo escolar da educação básica;

II. Indicadores de avaliação institucional, relativos a características como o perfil do alunado e do corpo dos(das) profissionais da educação, as relações entre dimensão do corpo docente, do corpo técnico e do corpo discente, a infraestrutura das escolas, os recursos pedagógicos disponíveis e os processos da gestão, entre outras relevantes.

§ 2º A elaboração e a divulgação de índices para avaliação da qualidade, como o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB, que agreguem os indicadores mencionados no inciso I do §1º, não elidem a obrigatoriedade de divulgação, em separado, de cada um deles.



Prefeitura Municipal de Dorés do Rio Preto

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

§ 3º Os indicadores mencionados no § 1º serão estimados por etapa, unidade escolar, rede escolar, unidade da Federação e em nível agregado nacional, sendo que:

I. A divulgação dos resultados individuais dos (as) alunos (as) e dos indicadores calculados para cada turma de alunos (as) ficará restrita à comunidade da respectiva unidade escolar e à gestão da rede escolar;

II. Os resultados referentes aos demais níveis de agregação serão públicos e receberão ampla divulgação, com as necessárias informações que permitam sua correta interpretação pelos segmentos diretamente interessados e pela sociedade.

§ 4º Cabe ao Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP a elaboração e cálculo dos indicadores referidos no § 1º e do IDEB.

Art. 10. Até o final do primeiro semestre do nono ano de vigência deste Plano Municipal de Educação, o Poder Executivo encaminhará à Câmara Municipal, sem prejuízo das prerrogativas deste Poder, Projeto de Lei referente ao Plano Municipal de Educação, a vigorar no período subsequente ao final da vigência deste Plano Municipal de Educação, que incluirá diagnóstico, diretrizes, metas e estratégias para o próximo decênio.

Art. 11. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Dorés do Rio Preto, 13 de Julho de 2015.

Cláudia Martins Bastos

Prefeita Municipal



ANEXO

**PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - DORES DO RIO PRETO
2015 -2025**

METAS E ESTRATÉGIAS

META 1 - Garantir a universalização do atendimento às crianças de quatro a cinco anos de idade e ampliar a oferta de Educação Infantil de forma a atender, no mínimo, 50% das crianças de 0 a 3 anos até o final da vigência deste PME.

ESTRATÉGIAS:

- 1.1. Realizar, no primeiro ano de vigência deste plano, em regime de colaboração, levantamento da demanda por creche para a população de até três anos, como forma de planejar a oferta e verificar o atendimento da demanda manifesta.
- 1.2. Garantir, que nos quatro primeiros anos de vigência deste plano, através de parceria com o governo federal e/ou através de recursos próprios a construção de Creches no município visando o atendimento das crianças de 0 a 03 anos de idade, com padrões arquitetônicos adequados, respeitando as normas de acessibilidade, ludicidade e os aspectos culturais locais e regionais.
- 1.3. Manter e ampliar, em regime de colaboração e respeitadas às normas de acessibilidade, programa municipal de construção e reestruturação de escolas, bem como de aquisição de equipamentos, visando à expansão e à melhoria da rede física de escolas públicas de educação infantil já existente no município, durante a vigência deste plano.
- 1.4. Garantir, durante a vigência deste plano, a aquisição de mobiliário, equipamentos, brinquedos pedagógicos, jogos educativos e outros materiais pedagógicos adequados, compatíveis com a característica de cada faixa etária,



Prefeitura Municipal de Dorés do Rio Preto

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

para as escolas da educação infantil (creche e pré-escola), através de regime de colaboração e/ou através de recursos próprios.

1.5. Assegurar a permanência de profissionais devidamente habilitados para a ação educar e cuidar das crianças de forma indissociável, conjunta e colaborativa no ambiente educacional de 0 a 5 anos de idade.

1.6. Instituir, no prazo de dois anos da aprovação deste PME um programa de formação continuada para professores, pedagogos, diretores, bem como os demais profissionais da educação que atuam nas escolas de educação infantil, visando garantir uma formação permanente de qualificação profissional, a fim de propor novas estratégias que possibilitem inovar e qualificar o trabalho pedagógico realizado nesta etapa, considerando o desenvolvimento integral do aluno e suas especificidades.

1.7. Definir e implementar diretrizes municipais para a política de formação continuada na modalidade de Educação Especial para professores e demais profissionais da educação da Educação Infantil.

1.8. Elaborar, implantar, implementar e avaliar a proposta curricular para a Educação Infantil, até o final do terceiro ano de vigência deste plano, levando em consideração às legislações pertinentes, a realidade local, visando à organização e qualidade do trabalho pedagógico nas escolas de educação infantil da rede municipal de ensino.

1.9. Implantar, até o terceiro ano de vigência deste PME, avaliação da educação infantil, a ser realizada a cada dois anos, com base em parâmetros nacionais de qualidade, a fim de aferir a infraestrutura física, o quadro de pessoal, as condições de gestão, os recursos pedagógicos, a situação de acessibilidade, entre outros indicadores relevantes.

1.10. Estimular a articulação entre pós-graduação, núcleos de pesquisa e cursos de formação para profissionais da educação, de modo a garantir a elaboração de currículos e propostas pedagógicas que incorporem os avanços de pesquisas ligadas ao processo de ensino-aprendizagem e às teorias educacionais no atendimento da população de 0 (zero) a 5 (cinco) anos.



Prefeitura Municipal de Dorés do Rio Preto

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

1.11. Fomentar e garantir o acesso à educação infantil e a oferta do atendimento educacional especializado complementar e suplementar aos alunos (as), assegurando ainda, a acessibilidade de espaços, materiais, objetos, brinquedos e instruções para as crianças com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento e altas habilidades/superdotação.

1.12. Ampliar gradativamente, a partir do quinto ano de vigência deste Plano, o atendimento em turno integral para as crianças em idade pré-escolar de 4 (quatro) e 5 (cinco) anos, em conformidade com o que determina as legislações vigentes.

1.13. Assegurar que se estabeleçam parcerias efetivas, em caráter complementar, programas de orientação e apoio às famílias, por meio da articulação das áreas da educação, saúde e assistência social, com foco no desenvolvimento integral das crianças de 0 (zero) a 5 (cinco) anos.

1.14. Promover a busca ativa de crianças em idade correspondente à educação infantil, em parceria com órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância, preservando o direito de opção da família em relação às crianças de até 3 (três) anos.

1.15. Preservar as especificidades da educação infantil na organização das redes escolares, garantindo o atendimento da criança de 0 (zero) a 5 (cinco) anos em estabelecimentos que atendam a parâmetros nacionais de qualidade, e a articulação com a etapa escolar seguinte, visando ao ingresso do (a) aluno(a) de 6 (seis) anos de idade no ensino fundamental.

1.16. Garantir o transporte escolar, em regime de colaboração entre União, Estado e municípios atendendo aos princípios básicos de segurança exigidos pelo Departamento Nacional de Trânsito (DNT) e as normas de acessibilidade que garantam a segurança das crianças com deficiência; levando em consideração o tempo de permanência e idade mínima dos alunos e assegurando que cada ente assuma suas responsabilidades de forma a garantir a escolarização dos alunos oriundos da zona rural e urbana quando houver necessidade.



Prefeitura Municipal de Dorés do Rio Preto

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

1.17. Constituir e implementar, até o final dos três anos de vigência deste plano, em parceria com as secretarias de saúde e ação social, equipes de atendimento multidisciplinar para apoio itinerante nas escolas de Educação Infantil.

1.18. Cumprir as Diretrizes Nacionais da Educação Infantil, a Política Nacional e demais legislações, programas e projetos favorecedores do processo educacional das crianças.

1.19. Realizar, periodicamente, levantamentos da demanda existente no município para vagas na educação infantil, através de cadastros das famílias, como forma de planejar a oferta e verificar o atendimento da demanda manifesta.

1.20. Fortalecer o acompanhamento e o monitoramento do acesso e da permanência das crianças na educação infantil, em especial dos beneficiários de programas de transferência de renda, em colaboração com as famílias e com os órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância.

1.21. Concretizar, até o prazo de cinco anos da vigência deste plano, a criação do cargo público de "Monitor de Creche" no quadro de servidores com a finalidade de executar, sob orientação, atividades auxiliares e de apoio as salas de educação infantil de 0 (zero) aos 03 (três) anos.



Prefeitura Municipal de Dorcas do Rio Preto

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

META 2 - Universalizar o ensino fundamental de 9 (nove) anos para toda a população de 6 (seis) a 14 (quatorze) anos e garantir que pelo menos 95% (noventa e cinco por cento) dos alunos conclua essa etapa na idade recomendada, até o último ano de vigência deste PME.

ESTRATÉGIAS:

2.1. Manter e ampliar, em regime de colaboração e respeitadas às normas de acessibilidade, programa municipal de construção e reestruturação de escolas, bem como de aquisição de equipamentos visando à expansão e à melhoria da rede física de escolas públicas de ensino fundamental já existente no município, durante a vigência deste plano.

2.2. Criar mecanismos, nos dois primeiros anos de vigência de plano, para a implantação de um sistema de avaliação municipal, para que haja o acompanhamento individualizado da aprendizagem dos alunos matriculados na rede municipal, bem como o acompanhamento e avaliação das instituições de ensino e trabalho individualizado desenvolvido pelos professores.

2.3. Promover a busca ativa de crianças e adolescentes fora da escola, em parceria com órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância, adolescência e juventude.

2.4. Oferecer atividades extracurriculares de incentivo aos (às) estudantes e de estímulo a habilidades, inclusive mediante certames e concursos nacionais;

2.5. Implantar e implementar progressivamente estratégias, projetos e programas de monitoramento e acompanhamento pedagógico, que possibilitem a melhoria do nível de aprendizagem dos alunos, bem como a qualidade do ensino das escolas, em toda a rede pública municipal de ensino.

2.6. Garantir, que até o final do segundo ano de vigência deste plano, seja constituída uma comissão com a participação dos professores para elaboração das diretrizes e referenciais curriculares da rede municipal de ensino, a luz das Diretrizes Nacional e Estadual, de maneira a assegurar os conteúdos de formação



Prefeitura Municipal de Dorcas do Rio Preto

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

básica comum, respeitando os valores culturais e outras características locais e regionais.

2.7. Garantir a revisão e/ou a reformulação anual dos projetos pedagógicos, a partir da aprovação do PME, com base nas diretrizes curriculares nacionais para o ensino fundamental de nove anos, relacionando com o contexto municipal e local de cada escola.

2.8. Assegurar que a relação entre o número de alunos e professores seja ajustada a fim de atender o que é determinado por meio de resolução o Conselho Estadual de Educação, objetivando garantir a melhoria da qualidade do processo de ensino-aprendizagem.

2.9. Utilizar as inovações tecnológicas em favor da aprendizagem e da inclusão social, através do desenvolvimento e implantação de tecnologias pedagógicas para assegurar que as crianças do ensino fundamental, efetivamente aprendam considerando sempre a realidade em que a escola está inserida.

2.10. Assegurar que a organização do trabalho pedagógico nas escolas seja flexível, incluindo adequação do calendário escolar de acordo com a realidade local de cada comunidade, a identidade cultural e outras particularidades locais, desde que devidamente justificadas e aprovadas pela Secretaria Municipal de Educação.

2.11. Elaborar e implantar projetos educativos que deverão ser desenvolvidos em todas as escolas da rede municipal para incentivar e fortalecer a relação família/escola, buscando a maior participação dos pais ou responsáveis no acompanhamento das atividades escolares garantindo assim à melhoria do ensino e aprendizagem.

2.12. Instituir e implementar, até o segundo ano de vigência deste plano, um programa de formação continuada para professores, pedagogos e diretores, visando garantir uma formação permanente de qualificação profissional.



Prefeitura Municipal de Dorcas do Rio Preto

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

2.13. Definir e implementar diretrizes municipais para a política de formação continuada na modalidade de Educação Especial para professores e demais profissionais da educação do Ensino Fundamental.

2.14. Constituir e implementar, até o final dos dois anos de vigência deste plano, em parceria com as secretarias de saúde e ação social, equipes de atendimento multidisciplinar para apoio itinerante nas escolas de Ensino Fundamental.

2.15. Garantir o transporte escolar, em regime de colaboração entre União, Estado e município atendendo aos princípios básicos de segurança exigidos pelo Departamento Estadual de Trânsito (DETRAN) e as normas de acessibilidade que garantem segurança aos alunos com deficiências, levando em consideração o tempo de permanência e idade mínima dos alunos assegurando que cada ente assuma suas responsabilidades de forma a garantir a escolarização dos alunos oriundos da zona rural.

2.16. Efetivar o acompanhamento técnico e pedagógico no monitoramento do acesso, da permanência e do aproveitamento escolar dos beneficiários de programas de transferência de renda, bem como das situações de discriminação, preconceitos e violências na escola, assegurando condições adequadas para o sucesso escolar dos alunos, em colaboração com as famílias, comunidades e com órgãos públicos.



META 03 - Universalizar, até 2016, o atendimento escolar para toda a população de 15 a 17 anos e elevar, até o final do período de vigência deste PME, a taxa líquida de matrículas no Ensino Médio para 85%.

ESTRATÉGIAS:

3.1. Apoiar o programa nacional de renovação do ensino médio, a fim de incentivar práticas pedagógicas com abordagens interdisciplinares estruturadas pela relação entre teoria e prática; por meio de currículos escolares que organizem de maneira flexibilizada e diversificada, conteúdos obrigatórios e eletivos articulados em dimensões como ciência, trabalho, linguagens, tecnologia, cultura e esporte, garantindo-se a aquisição de equipamentos e laboratórios, a produção de material didático específico, a formação continuada de professores e a articulação com instituições acadêmicas, esportivas e culturais.

3.2. Garantir, em regime de colaboração entre o Estado e Município, que exista sempre vagas suficientes para o Ensino Médio em nosso Município a fim de assegurar o direito de todos à educação.

3.3. Fortalecer e aprimorar, por ações do Estado e Município, a implantação de mecanismos que garantem o acesso e a frequência dos jovens à escola, através das redes de atendimento, conselhos tutelares, políticas de assistência e apoio aos jovens e suas famílias, a partir da vigência deste Plano.

3.4. Apoiar e colaborar com estratégias sistemáticas implementadas pelo Estado, a partir da aprovação do Plano, para a busca ativa da população de 15 (quinze) a 17 (dezessete) anos fora da escola, em articulação com as famílias, os serviços de assistência social, saúde e proteção à adolescência e à juventude.

3.5. Constituir, em regime de colaboração entre Estado e Município, formas para disponibilizar os espaços escolares à comunidade, também aos finais de semana, para que ali se desenvolvam atividades culturais, esportivas, recreativas e de



Prefeitura Municipal de Dorcas do Rio Preto

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

qualificação, criando uma cultura da participação, pertencimento, do cuidado solidário com o patrimônio público, durante a vigência deste Plano.

3.6. Fomentar a expansão das matrículas gratuitas de ensino médio integrado à educação profissional.

3.7. Colaborar divulgação do exame nacional do ensino médio – ENEM incentivando a efetiva participação de todos os alunos.

3.8. Manter e ampliar programas e ações de correção de fluxo do ensino fundamental, por meio do acompanhamento individualizado do (a) aluno (a) com rendimento escolar defasado e pela adoção de práticas como aulas de reforço no turno complementar, estudos de recuperação e progressão parcial, de forma a reposicioná-lo no ciclo escolar de maneira compatível com sua idade.

3.9. Apoiar e incentivar a expansão das matrículas gratuitas de ensino médio integrado à educação profissional, observando-se as peculiaridades das populações do campo e das pessoas com deficiência;

3.10. Estruturar e fortalecer, em regime de colaboração, o acompanhamento e o monitoramento do acesso e da permanência dos e das jovens beneficiários (as) de programas de transferência de renda, no ensino médio, quanto à frequência, ao aproveitamento escolar e à interação com o coletivo; bem como das situações de discriminação, preconceitos e violências, práticas irregulares de exploração do trabalho, consumo de drogas, gravidez precoce, em colaboração com as famílias e com órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à adolescência e juventude.

3.11. Buscar viabilizar junto à Secretaria de Estado da Educação, a implantação de novos cursos na área tecnológica e profissionalizante que venha atender a demanda de áreas profissionais carentes no município.

3.12. Apoiar e colaborar com a implementação de políticas de prevenção à evasão motivada por preconceito ou quaisquer formas de discriminação, criando rede de proteção contra formas associadas de exclusão.



Prefeitura Municipal de Dorcas do Rio Preto

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

META 04 - Universalizar, para a população de 4 a 17 anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, o acesso à educação básica e ao atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino, com a garantia de sistema educacional inclusivo, de salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados.

ESTRATÉGIAS:

4.1. Contabilizar, para fins do repasse do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB, as matrículas dos(as) estudantes da educação regular da rede pública que recebam atendimento educacional especializado complementar e suplementar, sem prejuízo do cômputo dessas matrículas na educação básica regular, e as matrículas efetivadas, conforme o censo escolar mais atualizado, na educação especial oferecida em instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos, conveniadas com o poder público e com atuação exclusiva na modalidade, nos termos da Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007.

4.2. Promover, no prazo de vigência deste PME, a universalização do atendimento escolar à demanda manifesta pelas famílias de crianças de 0 a 3 anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, observado o que dispõe a Lei nº 9.394/1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

4.3. Garantir, até os quatro primeiros anos de vigência deste plano, a criação e implementação de um Centro Municipal de Atendimento Educacional Especializado (CMAEE) para que através de parceria com as secretarias de saúde e assistência social, possamos ser assistidos por profissionais das áreas de saúde, assistência social, psicopedagogia, pedagogia, fonoaudiologia e psicologia, para apoiar o trabalho dos (as) professores da educação básica com



Prefeitura Municipal de Dorcas do Rio Preto

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

os (as) alunos (as) com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação.

4.4. Implantar gradativamente, a partir do terceiro ano vigência deste PME, as salas de recursos multifuncionais e fomentar a formação continuada de professores e professoras para o atendimento educacional especializado em todas as escolas da rede municipal de ensino.

4.5. Garantir o atendimento educacional especializado em salas de recursos multifuncionais instaladas gradativamente nas escolas da rede municipal, nas formas complementar e suplementar do ensino, a todos(as) alunos(as) com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, conforme necessidade de cada educando identificada por meio de avaliação pedagógica, ouvidos a família e o aluno.

4.6. Manter e ampliar programas suplementares que promovam a acessibilidade nas escolas públicas para garantir o acesso e a permanência na escola dos (as) alunos (as) com deficiência por meio da adequação arquitetônica, da oferta de transporte acessível, da disponibilização de material didático próprio e de recursos de tecnologia assistiva.

4.7. Estabelecer parcerias com outras secretarias (saúde, esporte e lazer, assistência social, direitos humanos) para o desenvolvimento de políticas públicas aos jovens, adultos e idosos, público alvo da Educação Especial.

4.8. Garantir a oferta de educação inclusiva, vedada a exclusão do ensino regular sob alegação de deficiência e promovida a articulação pedagógica entre o ensino regular e o atendimento educacional especializado.

4.9. Fortalecer o acompanhamento e o monitoramento do acesso à escola e ao atendimento educacional especializado, bem como da permanência e do desenvolvimento escolar dos (as) alunos (as) com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação beneficiários (as) de programas de transferência de renda, juntamente com o combate às situações de discriminação, preconceito e violência, com vistas ao estabelecimento de condições adequadas para o sucesso educacional, em colaboração com as



Prefeitura Municipal de Dorés do Rio Preto

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

famílias e com os órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância, à adolescência e à juventude.

4.10. Estimular a articulação instituições superiores de ensino, núcleos de pesquisas voltadas para o desenvolvimento de metodologias, materiais didáticos, equipamentos e recursos tecnológicos, com vistas à promoção do ensino e da aprendizagem, bem como das condições de acessibilidade dos (as) estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação.

4.11. Estimular a continuidade da escolarização dos (as) alunos (as) com deficiência na educação de jovens e adultos, de forma a assegurar a educação ao longo da vida, observadas suas necessidades e especificidades.

4.12. Criar através dos meios legais os cargos de "MONITOR", "PROFESSOR DE ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO" e Intérprete em Libras para atuar nas escolas da rede municipal, até o terceiro ano de vigência deste plano.

A.



META 05 - Alfabetizar todas as crianças, no máximo, até o final do 3º ano do Ensino Fundamental.

ESTRATÉGIAS:

5.1. Estruturar os processos pedagógicos de alfabetização nos anos iniciais do Ensino Fundamental articulados com estratégias desenvolvidas na pré-escola, com qualificação e valorização dos professores alfabetizadores e apoio pedagógico específico, a fim de garantir a alfabetização plena de todas as crianças.

5.2. Instituir instrumentos de avaliação da aprendizagem nas escolas da rede municipal, sendo estes periódicos e específicos para aferir a alfabetização das crianças, bem como para que a partir dos resultados ocorra a implementação de medidas pedagógicas para garantir a alfabetização de todos os alunos até o final do terceiro ano do ensino fundamental.

5.3. Assegurar a implantação gradativa de salas apropriadas com recursos pedagógicos, a fim de promover a alfabetização.

5.4. Fomentar o desenvolvimento de tecnologias educacionais e de práticas pedagógicas inovadoras que assegurem a alfabetização e favoreçam a melhoria do fluxo escolar e a aprendizagem dos (as) alunos (as), consideradas as diversas abordagens metodológicas e sua efetividade.

5.5. Promover e estimular a formação inicial e continuada de professores para a alfabetização de crianças, com conhecimento de novas tecnologias educacionais e práticas pedagógicas inovadoras.

5.5. Estruturar o ciclo de alfabetização de forma articulada com estratégias desenvolvidas na pré-escola obrigatória, com qualificação e valorização dos professores alfabetizadores e com apoio pedagógico específico, a fim de garantir a alfabetização de todas as crianças na idade determinada nos documentos legais.



Prefeitura Municipal de Dorcas do Rio Preto
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

5.6. Apoiar a alfabetização das pessoas com deficiência, considerando as suas especificidades, inclusive a alfabetização bilíngue de pessoas surdas, sem estabelecimento de terminalidade temporal.

[Handwritten signature]



META 06 – Oferecer Educação em tempo integral em, no mínimo, 20% das escolas públicas, de forma a atender, pelo menos, 25% dos(as) alunos(as) da Educação Básica.

ESTRATÉGIAS:

6.1. Elaborar, nos três primeiros anos de vigência deste plano, mediante diagnóstico das condições e perspectivas de oferta de educação integral, um plano de ação para a expansão e qualificação da educação em tempo integral, definindo submetas que permitam o alcance dos percentuais propostos até o final da vigência do PME.

6.2. Realizar, nos três primeiros anos de vigência deste plano, estudos de impacto financeiro, a fim de viabilizar a possibilidade da criação do cargo de professor com dedicação exclusiva de 40 (quarenta) horas de trabalho semanal para atendimento às escolas de educação integral.

6.3. Fomentar a articulação da escola com os diferentes espaços educativos, culturais e esportivos e com equipamentos públicos, como centros comunitários, bibliotecas, praças, parques, museus, teatros, cinemas e planetários.

6.4. Institucionalizar e manter, em regime de colaboração com a União e o Estado, ampliação e reestruturação das escolas públicas, por meio da instalação de quadras poliesportivas, laboratórios, inclusive de informática, espaços para atividades culturais, bibliotecas, auditórios, cozinhas, refeitórios, banheiros e outros equipamentos; bem como a de produção de material didático e de formação de recursos humanos para a Educação Integral em Jornada Ampliada.

6.5. Promover gradativamente a reorganização/adequação predial e curricular das instituições de ensino, contemplando a acessibilidade e as dimensões indissociáveis do educar e cuidar e promovendo adequações que contemplem a variabilidade didática, ludicidade, práticas esportivas e culturais, orientadas pela função da escola de promoção da formação integral.



Prefeitura Municipal de Dorcas do Rio Preto

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

META 07 – Fomentar a qualidade da educação básica em todas as etapas, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem de modo a atingir as seguintes médias nacionais para o IDEB.

ETAPAS DE ENSINO	2015	2017	2019	2021
Anos iniciais do Ensino Fundamental	5,0	5,3	5,6	5,8
Anos Finais do Ensino Fundamental	4,3	4,6	4,8	5,1

ESTRATÉGIAS:

7.1. Orientar o planejamento das atividades pedagógicas a serem desenvolvidas nas escolas do Ensino Fundamental, de forma a buscar atingir as metas do IDEB, para diminuir a diferença entre as escolas com os menores índices, garantindo equidade da aprendizagem, através de implantação do estudo de um currículo integrado nas escolas da rede municipal.

7.2. Assegurar que seja instituído um processo contínuo de avaliação do sistema de ensino, das escolas de educação básica por meio da constituição de instrumentos de avaliação que orientem as dimensões a serem fortalecidas, destacando a elaboração de planejamento estratégico, a melhoria contínua da qualidade educacional, a formação continuada dos professores do Ensino Fundamental e o aprimoramento da gestão democrática.

7.3. Formalizar e executar os Planos de Ações Articuladas (PAR) do município, dando cumprimento às metas de qualidade estabelecidas para a educação básica pública e às estratégias de apoio técnico e financeiro voltadas à melhoria da gestão educacional, à formação de professores e profissionais de serviços e apoio escolares, à ampliação e ao desenvolvimento de recursos pedagógicos e à melhoria e expansão da infraestrutura física da rede escolar.

7.4. Acompanhar e apoiar tecnicamente os gestores das instituições de ensino acerca dos investimentos mediante transferência direta de recursos financeiros à escola, garantindo a participação da comunidade escolar no planejamento e na



Prefeitura Municipal de Dorés do Rio Preto

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

aplicação dos recursos, visando à ampliação da transparência e ao efetivo desenvolvimento da gestão democrática.

7.5. Assegurar a todas as escolas públicas de educação básica possua a infraestrutura física básica, água tratada e saneamento básico; energia elétrica; acesso à rede mundial de computadores em banda larga de alta velocidade para garantir o acesso dos alunos a espaços para a prática esportiva, a bens culturais e artísticos e a equipamentos e laboratórios de informática, ciências e, ainda garantir a acessibilidade às pessoas com deficiência.

7.6. Garantir a reestruturação, modernização e funcionamento das bibliotecas públicas e ainda a renovação do acervo de livros possibilitando a população de forma geral o acesso à leitura, pesquisa e desenvolvimento cultural.

7.7. Informatizar integralmente a gestão das escolas públicas e das secretarias de educação, bem como manter programa de formação inicial e continuada para o pessoal técnico das escolas e secretarias de educação.

7.8. Fixar, acompanhar e divulgar os resultados pedagógicos dos indicadores do sistema nacional de avaliação da educação básica (SAEB), do índice de desenvolvimento da educação básica (IDEB) e do programa de avaliação da educação básica do Espírito Santo (PAEBES) relativos às escolas da rede municipal; assegurando a contextualização desses resultados, com relação a indicadores sociais relevantes, como os de nível socioeconômico das famílias dos (as) alunos (as), e a transparência e o acesso público às informações técnicas de concepção e operação do sistema de avaliação.

7.9. Ampliar, em regime de colaboração, programas e aprofundar ações de atendimento ao (à) aluno (a), em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde;

7.10. Institucionalizar e manter, em regime de colaboração, programa nacional de reestruturação e aquisição de equipamentos para escolas públicas, visando à equalização regional das oportunidades educacionais.

7.11. Promover a articulação dos programas da área da educação, de âmbito local e nacional, com os de outras áreas, como saúde, trabalho e emprego,



Prefeitura Municipal de Dorcas do Rio Preto

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

assistência social, esporte e cultura, possibilitando a criação de rede de apoio integral às famílias, como condição para a melhoria da qualidade educacional.

7.12. Estabelecer ações efetivas especificamente voltadas para a promoção, prevenção, atenção e atendimento à saúde e à integridade física, mental e emocional dos (das) profissionais da educação, como condição para a melhoria da qualidade educacional.

7.13. Universalizar, até o final da vigência deste PME, o acesso à rede mundial de computadores em banda larga e implementar a relação computador/aluno (a) nas escolas da rede pública de educação básica, promovendo a utilização pedagógica das tecnologias da informação e da comunicação.

7.14. Constituir políticas de estímulo às escolas que melhorarem o desempenho nos sistema nacional de avaliação da educação básica, de modo a valorizar o mérito do corpo docente, da direção e da comunidade escolar.

7.15. Promover, com especial ênfase, em consonância com as diretrizes do Plano Nacional do Livro e da Leitura, a formação de leitores e leitoras e a capacitação de professores e professoras, bibliotecários e bibliotecárias e agentes da comunidade para atuar como mediadores e mediadoras da leitura, de acordo com a especificidade das diferentes etapas do desenvolvimento e da aprendizagem.

7.16. Instituir, em articulação com os Estados, os Municípios e o Distrito Federal, programa nacional de formação de professores e professoras e de alunos e alunas para promover e consolidar política de preservação da memória nacional.



Prefeitura Municipal de Dorcas do Rio Preto

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

META 08 – Elevar a escolaridade média da população de 18 a 29 anos, de modo a alcançar no mínimo 12 anos de estudo no último ano, para as populações do campo, da região de menor escolaridade no País e dos 25% mais pobres, e igualar a escolaridade média entre negros e não negros declarados à Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

ESTRATÉGIAS:

8.1. Garantir, através de parcerias com o governo federal e estadual, a implementação programas de educação de jovens e adultos para os segmentos populacionais considerados, que estejam fora da escola e com defasagem idade-série, associados a outras estratégias que garantam a continuidade da escolarização, após a alfabetização inicial.

8.2. Promover a constante divulgação da importância da continuidade da escolarização de jovens e adultos na faixa etária entre 18 a 29 anos para assim incentivar a procura e a abertura de turmas na rede municipal de ensino, que venham de encontro com a demanda encontrada.

8.3. Participar de programas ofertados pela União ou Estado, para correção de fluxo, recuperação e progressão parcial, priorizando estudantes com defasagem idade/ série, considerando as especificidades dos segmentos populacionais mais carentes.

8.4. Promover busca ativa de jovens fora da escola pertencentes aos segmentos populacionais considerados, em parceria com as áreas de assistência social, saúde e proteção à juventude.



Prefeitura Municipal de Dorés do Rio Preto

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

META 09 – Elevar a taxa de alfabetização da população com 15 anos ou mais para 93,5% até 2018 e, até o final da vigência deste PME, erradicar o analfabetismo absoluto e reduzir em 50% a taxa de analfabetismo funcional.

ESTRATÉGIAS:

- 9.1.** Garantir que seja assegurada a oferta gratuita da Educação de Jovens e Adultos a todos os que não tiveram acesso à Educação Básica na idade própria.
- 9.2.** Promover, em regime de colaboração, a busca ativa dos jovens e adultos com Ensino Fundamental e Médio incompletos, para identificar a demanda ativa por vagas na educação de jovens e adultos.
- 9.3.** Realizar avaliação, por meio de exames específicos, que permita aferir o grau de alfabetização de jovens e adultos com mais de 15 anos de idade, quando estes estiverem matriculas na rede municipal de ensino.
- 9.4.** Incentivar projetos inovadores, com abrangência social e educacional, no âmbito na Educação de Jovens e Adultos que visem ao desenvolvimento de modelos adequados às necessidades específicas desses alunos.
- 9.5.** Fomentar, em regime de colaboração, ações de atendimento ao (à) estudante da educação de jovens e adultos por meio de programas suplementares de transporte, alimentação e saúde, inclusive atendimento oftalmológico e fornecimento gratuito de óculos, em articulação com a área da saúde.
- 9.5.** Promover busca ativa de jovens fora da escola pertencentes aos segmentos populacionais considerados, em parceria com as áreas de assistência social, saúde e proteção à juventude.



Prefeitura Municipal de Dorcas do Rio Preto

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

META 10 – Oferecer, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) das matrículas de educação de jovens e adultos, nos ensinos fundamental e médio, na forma integrada à educação profissional.

ESTRATÉGIAS:

10.1. Estabelecer, em regime de colaboração, a estruturação de políticas para a ampliação no município da educação profissional em regime de colaboração com os governos Federal e Estadual.

10.2. Articular ações com os poderes públicos federal, estadual, instituições privadas e demais segmentos da sociedade civil para integração da política de Educação Profissional, acompanhando os avanços tecnológicos, culturais, ambientais e produtivos do mundo do trabalho.

10.3. Apoiar as ações de incentivo aos programas de aprendizagem, estágio e do primeiro emprego aos jovens e adultos.

10.4. Incentivar e apoiar a oferta pública de formação inicial e continuada para trabalhadores e trabalhadoras articulada à educação de jovens e adultos, em regime de colaboração e com apoio de entidades privadas de formação profissional, vinculadas ao sistema sindical e de entidades sem fins lucrativos de atendimento à pessoa com deficiência, com atuação exclusiva na modalidade.



META 11 – Triplicar as matrículas da Educação Profissional Técnica de nível médio, assegurando a qualidade da oferta e pelo menos 50% da expansão no segmento público, no decorrer da vigência deste PME.

ESTRATÉGIAS:

11.1. Fortalecer a parceria com o Estado para a oferta de Educação Profissional, conforme as demandas identificadas através de diagnósticos, garantindo progressivo acesso de todos os interessados.

11.2. Fomentar a expansão da oferta de educação profissional técnica de nível médio nas redes públicas estaduais de ensino.

11.3. Incentivar e viabilizar em parceria com a criação de cursos em setores e áreas de carência de mão-de-obra especializada, valorizando as atividades econômicas do município.

11.4. Buscar firmar convênios com as Universidades e outras instituições a fim de fortalecer a oferta de cursos de acordo com as necessidades da administração pública municipal, visando a melhor qualificação de seus servidores.

11.5. Fomentar a oferta de educação profissional técnica de nível médio na modalidade de educação a distância, com a finalidade de ampliar a oferta e democratizar o acesso à educação profissional pública e gratuita, assegurado padrão de qualidade.

11.6. Apoiar a expansão da oferta de educação profissional técnica de nível médio para as pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação.

11.7. Apoiar e estimular a expansão do estágio na educação profissional técnica de nível médio e do ensino médio regular, preservando-se seu caráter pedagógico integrado ao itinerário formativo do aluno, visando à formação de qualificações próprias da atividade profissional, à contextualização curricular e ao desenvolvimento da juventude.



Prefeitura Municipal de Dorcas do Rio Preto

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

META 12 – Elevar a taxa bruta de matrícula na Educação Superior para 50% e a taxa líquida para 33% da população de 18 a 24 anos, assegurada à qualidade da oferta e expansão para, pelo menos, 40% das novas matrículas, no segmento público.

ESTRATÉGIAS:

12.1. Incentivar a todos os estudantes que concluíram o Ensino Médio a ingressarem e concluírem um curso de nível superior.

12.2. Buscar sempre divulgar nas escolas do município os cursos oferecidos pelas instituições federais, estaduais e particulares, em especial as que são localizadas próximas à nossa região, bem como as diversas formas de ingresso ao ensino superior tais como: SISU, PROUNI e FIES.

12.3. Fomentar a ampliação da oferta de estágio, em regime de colaboração com as Instituições de ensino superiores públicas e privadas, como parte da formação do discente.

12.4. Fomentar a implementação de cursos de nível superior em nosso município, na modalidade a distância, para a formação de professores e professoras para a educação básica, sobretudo nas áreas de ciências e matemática, bem como para atender ao déficit de profissionais em áreas específicas em nossa região.

12.5. Apoiar e implantação de cursos de preparação para o ENEM em parceria com o governo estadual ou outras instituições de ensino.

12.6. Assegurar a colaboração no que se refere à oferta de transporte escolar para os alunos residentes no município que necessitam deslocar-se para município vizinhos para ter acesso às Instituições de Ensino Superior.



Prefeitura Municipal de Dorcas do Rio Preto

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

META 13 – Elevar a qualidade da Educação Superior pela ampliação da proporção de mestres e doutores do corpo docente em efetivo exercício no conjunto do sistema de Educação Superior para 75%, sendo, do total, no mínimo, 35% doutores.

ESTRATÉGIAS:

13.1. Apoiar os programas e projetos desenvolvidos pelo Ministério da Educação que serão implementados para elevar a qualidade do ensino superior através da ampliação do número de mestres e doutores do compõe o corpo docente das Instituições de Ensino Superior.

Q.



Prefeitura Municipal de Dorcas do Rio Preto

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

META 14 – Elevar gradualmente o número de matrículas na pós-graduação stricto sensu, de modo a atingir a titulação anual de 60 mil mestres e 25 mil doutores.

ESTRATÉGIAS:

14.1. Buscar, em parceria com a União e o Estado, a oferta de cursos em Pós-Graduação (lato sensu e stricto sensu) e formação continuada, nas modalidades presencial, semipresencial e a distância em nosso município.

14.2. Divulgar em todas as instituições as informações enviadas pelo MEC no que se refere ao financiamento estudantil por meio do Fies à pós-graduação stricto sensu.

14.3. Apoiar ações para reduzir as desigualdades étnico-raciais e regionais e para favorecer o acesso das populações do campo e das comunidades indígenas e quilombolas a programas de mestrado e doutorado.

14.4. Garantir incentivo salarial através da progressão na carreira, devidamente regulamentada pelo plano de cargos e salários do magistério, a todos os profissionais que possuem cursos de Pós-Graduação (lato sensu e stricto sensu).



META 15 - Garantir, em regime de colaboração entre a União e o Estado no prazo de dois anos de vigência deste Plano Municipal de Educação, política de formação e valorização dos profissionais da educação, assegurando-lhes a devida formação inicial, nos termos da legislação e formação continuada em nível Superior de Graduação e Pós-Graduação, na respectiva área de atuação.

ESTRATÉGIAS:

15.1. Atuar, conjuntamente, com base em plano estratégico que apresente diagnóstico das necessidades de formação de profissionais do magistério e da capacidade de atendimento, por parte de instituições públicas e comunitárias de educação superior existentes nos Estados, Distrito Federal e Municípios, e defina obrigações recíprocas entre os partícipes.

15.2. Fomentar a articulação entre o município e instituições de pós-graduação e de cursos de formação para profissionais da educação, visando o aperfeiçoamento e qualificação permanente dos profissionais do magistério.

15.3. Propiciar aos profissionais da educação básica espaço físico apropriado com salas de estudo, recursos didáticos apropriados, biblioteca e acompanhamento pedagógico para apoio sistemático da prática educativa, gradativamente até o quinto ano de vigência deste plano.

15.4. Implementar, no prazo de dois de vigência deste plano, programas específicos para formação e capacitação dos profissionais do magistério com abrangências às diversas áreas que permeiam o desenvolvimento e melhoria da qualidade da educação.

15.5. Valorizar as práticas de ensino e os estágios nos cursos de formação de nível médio e superior dos profissionais da educação, visando ao trabalho sistemático de articulação entre a formação acadêmica e as demandas da educação básica.



Prefeitura Municipal de Dorcas do Rio Preto
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

15.6. Instituir, em regime de colaboração, forma de registro de projetos desenvolvidos nas escolas, para incentivo a quem desenvolveu os projetos, pesquisas, publicações no sentido de validar e valorizar as produções do profissional.

[Handwritten signature]



META 16 – Apoiar a formação, em nível de pós-graduação (lato-sensu) de 100% dos professores, e garantir que os profissionais da educação básica tenham acesso à formação continuada, considerando as necessidades e contextos do sistema de ensino.

ESTRATÉGIAS:

16.1. Realizar, em regime de colaboração, o planejamento estratégico para dimensionamento da demanda por formação continuada e fomentar a respectiva oferta por parte das instituições públicas de educação superior, de forma orgânica e articulada às políticas de formação dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

16.2. Expandir programa de composição de acervo de obras didáticas, paradidáticas e de literatura e de dicionários, e programa específico de acesso a bens culturais, incluindo obras e materiais produzidos em Libras e em Braille, sem prejuízo de outros, a serem disponibilizados para os professores e as professoras da rede pública de educação básica, favorecendo a construção do conhecimento e a valorização da cultura da investigação.

16.3. Consolidar, em regime de colaboração e cooperação com o governo Federal, a utilização de portal eletrônico para subsidiar a atuação dos professores da Educação Básica, disponibilizando gratuitamente materiais didáticos e pedagógicos suplementares, inclusive aqueles com formato acessível.

16.4. Promover a divulgação e incentivo junto aos profissionais da educação básica de informações sobre os cursos de Pós-Graduação.

16.5. Fortalecer a formação dos professores e das professoras das escolas públicas de educação básica, por meio da implementação das ações do Plano Nacional do Livro e Leitura e da instituição de programa nacional de disponibilização de recursos para acesso aos bens culturais pelo magistério público.



META 17 – Valorizar os profissionais do magistério do sistema público da Educação Básica, a fim de equiparar, até o fim da vigência deste Plano, ao maior salário vigente na estrutura de pessoal do município, dos demais profissionais com a escolaridade equivalente.

ESTRATÉGIAS:

17.1. Garantir a participação através de representação do município no fórum permanente a ser instituído por iniciativa do Ministério da Educação, para acompanhamento da atualização progressiva do valor do piso salarial nacional para os profissionais do magistério público da educação básica.

17.2. Assegurar a reestruturação e implementação do Plano de Carreira, Cargos e Salários e de Valorização dos Profissionais da Educação Básica do Sistema Municipal de Ensino nas formas legais.

17.3 - Garantir o cumprimento de 1/3 da jornada de trabalho em atividades extraclasse, dos/as profissionais do magistério do Sistema Público Municipal de Ensino, conforme a Lei 11. 738/2008.

17.4 Valorizar os profissionais do magistério das redes públicas através da revisão salarial, considerando o aumento no repasse dos recursos da União.

17.5. Garantir a implementação de políticas de valorização dos (as) profissionais do magistério, em particular o piso salarial nacional profissional.



META 18 – Assegurar, no prazo de dois anos, a atualização e implantação do plano de carreira para os profissionais da Educação Básica pública do município e tomar como referência o Piso Salarial Nacional Profissional, definido em lei federal, nos termos do inciso VIII do art. 206 Constituição Federal.

ESTRATÉGIAS:

18.1. Estruturar a rede municipal de ensino de modo que, até o início do terceiro ano de vigência deste PME, 90% (noventa por cento), no mínimo, dos respectivos profissionais do magistério e 90% (noventa por cento), no mínimo, dos respectivos profissionais da educação não docentes sejam ocupantes de cargos de provimento efetivo e estejam em exercício nas redes escolares a que se encontrem vinculados;

18.2. Implantar e implementar na rede municipal de ensino, programa de acompanhamento dos profissionais do magistério iniciantes, supervisionados por equipe de profissionais experientes; a fim de fundamentar com base em avaliação documentada, a decisão pela efetivação após o estágio probatório e oferecer, durante esse período, curso de aprofundamento de estudos na área de atuação do (a) professor (a), com destaque para os conteúdos a serem ensinados e as metodologias de ensino de cada disciplina.

18.3. Assegurar que o processo de avaliação do estágio probatório seja realizado e acompanhado por comissão constituída para tal finalidade, garantindo a participação de no mínimo um profissional do magistério do quadro efetivo, a fim de fundamentar, com base em avaliação documentada, a decisão pela efetivação após o estágio probatório.

18.4. Assegurar que o ingresso do profissional do magistério de forma efetiva seja realizado através do concurso público e a contratação de caráter temporário seja realizada através de processo seletivo público.



Prefeitura Municipal de Dorcas do Rio Preto

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

18.5. Prever, em conformidade com a disponibilidade financeira do município, no Plano de Cargos e Carreira dos profissionais do magistério, incentivos para qualificação profissional, inclusive em nível de especialização (stritu-sensu) mestrado e doutorado.

18.6. Assegurar a reformulação e atualização do plano de carreira e estatuto dos profissionais do magistério com base nas legislações e diretrizes atuais, sempre que necessária garantida à participação de representante de profissionais do magistério.

18.7. Implantar e implementar uma política de recursos humanos para os profissionais do magistério, objetivando a realização de avaliação de desempenho das suas funções, e ainda a qualidade do trabalho desenvolvido pelo profissional.

18.8. Realizar, no prazo de dois anos de vigência deste plano, em regime de colaboração, o censo dos (as) profissionais da educação básica e de outros segmentos que não os do magistério.



META 19 – Assegurar condições, no prazo de 3 anos a partir da vigência deste plano, para a efetivação da gestão democrática da Educação, associada a critérios técnicos de mérito e desempenho e à consulta pública à comunidade escolar, no âmbito das escolas públicas, prevendo recursos e apoio técnico da União para tanto.

19.1. Garantir a criação, no prazo de dois anos da vigência deste plano, de legislação específica que regule a matéria na área de sua abrangência, respeitando-se a legislação nacional, e que considere, conjuntamente, para a nomeação dos diretores e diretoras de escola, critérios técnicos de mérito e desempenho, bem como a participação da comunidade escolar.

19.2. Regularizar através de ato oficial, no prazo de 3 anos a partir da vigência deste plano, a avaliação institucional onde deverão constar os critérios de mérito e desempenho a serem aplicados nas escolas da rede municipal de ensino.

19.3. Assegurar a constituição do Fórum Permanente de Educação do município, estabelecendo em seu regimento interno atribuições e dentre elas conter o acompanhamento da execução deste PME e dos demais projetos relacionados à educação no município.

19.4. Ampliar os programas de apoio e formação aos (às) conselheiros(as) dos conselhos de acompanhamento e controle social do FUNDEB, dos conselhos de alimentação escolar, dos conselhos regionais e de outros e aos(as) representantes educacionais em demais conselhos de acompanhamento de políticas públicas.

19.5. Garantir aos conselhos ligados diretamente à educação, espaço físico adequado, equipamentos e meios de transporte para visitas à rede escolar, com vistas ao bom desempenho de suas funções.

19.6. Garantir a gestão democrática nos Conselhos de Escola, com transparência dos recursos financeiros administrados para toda a comunidade escolar.

19.7. Assegurar condições para fortalecimento dos conselhos Municipais de Educação, do FUNDEB e CAE e Conselho Municipal de Educação, disponibilizando os recursos adequados e equipamentos necessários para o funcionamento, bem



Prefeitura Municipal de Dorcas do Rio Preto

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

como fortalecer os conselhos escolares, a fim de promover a efetivação da gestão democrática, garantindo a participação de toda a comunidade escolar na elaboração da proposta político pedagógica.

19.8. Garantir a realização de formação continuada para os gestores escolares e demais funcionários da área administrativa, capacitando-os para colaborar com uma gestão eficiente e democrática, favorecendo um atendimento de qualidade a toda a comunidade escolar.

19.9. Favorecer processos de autonomia pedagógica, administrativa e de gestão financeira nos estabelecimentos de ensino, instituídos através de regulamentação específica quanto à metodologia de execução.

19.10. Assegurar a todas as escolas, apoio e acompanhamento na formulação dos Projetos Pedagógicos, Plano de Desenvolvimento da Escola e Prestações de contas dos Projetos e programas desenvolvidos.

19.11. Criar e implantar o Sistema Municipal de Ensino Próprio, garantindo assim a autonomia do ensino local e adequação das estruturas legais às peculiaridades locais garantindo a agilidade aos processos, até o final da vigência deste plano.

19.12. Investir na capacitação dos membros do Conselho Municipal de Educação, visando à implementação do Sistema Municipal de Ensino próprio.



Prefeitura Municipal de Dorcas do Rio Preto

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

META 20 – Ampliar o investimento público em educação pública de forma a atingir, no mínimo, o patamar de 5% (cinco por cento) do Produto Interno Bruto – PIB do município no 5º ano de vigência desta Lei e no mínimo o equivalente a 7% (sete por cento) do PIB ao final do decênio.

ESTRATÉGIAS:

20.1. Aplicar os recursos financeiros permanentes a educação infantil, ensino fundamental e modalidades da educação, observando-se as políticas de colaboração entre o Estado e o município, em especial as decorrentes do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de valorização dos profissionais da Educação - FUNDEB (art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias) e do artigo 75 § 1º da LDB (Lei nº 9.394, de 1996); que trata da capacidade de atendimento e do esforço fiscal de cada ente federado, para atender suas demandas educacionais à luz do padrão de qualidade nacional.

20.2. Garantir os mecanismos e instrumentos para assegure a transparência e o controle social na utilização dos recursos públicos aplicados em educação em audiências públicas, portais eletrônicos de transparência e acompanhamento permanente dos membros de conselhos de acompanhamento e controle social do FUNDEB.

20.3. Implementar política de financiamento, em regime de colaboração com a União e o Estado, para ações voltadas à solução de problemas de transporte escolar enfrentados pelo município, na zona urbana e rural, em relação ao gerenciamento e pagamento de despesas.

20.4. Acompanhar, por meio do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), estudos e acompanhamento regular dos investimentos e custos por aluno da Educação Básica, em todas as suas etapas e modalidades.



Prefeitura Municipal de Dorés do Rio Preto

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

20.5. Assegurar a aplicação de processos administrativos mais rigorosos aos gestores públicos que não investirem corretamente os recursos da educação, não prestar conta para os devidos órgãos fiscalizadores ou não tornar pública e transparente as receitas e despesas dos recursos da educação.

20.6. Implementar o custo aluno-qualidade da Educação Básica do município, considerando a ampliação do investimento público, a partir do cálculo e do acompanhamento regular dos indicadores de gastos educacionais com investimentos em qualificação e remuneração do pessoal docente e dos demais profissionais da educação pública, em aquisição, manutenção, construção e conservação de instalações e equipamentos necessários ao ensino e em aquisição de material didático-escolar, alimentação e transporte escolar.

Dorés do Rio Preto – ES, 13 de julho de 2014.

Cláudia Martins Bastos

Prefeita Municipal